

Fundo Dema

dez anos de luta por justiça ambiental na Amazônia

Vânia Carvalho e Élide Galvão

Sistema Agroflorestal na Comunidade Batata Trairão (PA)



Fotos: Arquivo Fundo Dema

Estudos realizados na Amazônia nos últimos anos demonstraram a importância econômica, social e ambiental dos diferentes segmentos do campesinato – indígenas, quilombolas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores (COSTA, 2012). Em contraste com os sistemas pecuários empresariais que dominam a paisagem nas frentes de avanço do agronegócio, os sistemas camponeses tendem para a diversificação produtiva, ao estabelecerem sistemas agroflorestais (SAFs) e diferentes formas de gestão coletiva de bens comuns. Dessa forma, ocupam mais gente por unidade de área, geram muito menos impactos ao meio ambiente e produzem riqueza similar à produção empresarial. Embora produzam esse conjunto de benefícios para a sociedade, não contam com a mesma facilidade no acesso a financiamentos públicos que os empresários rurais. Pelo contrário: apesar de sua relevância comprovada em diversas esferas, o campesinato amazônico vem sendo crescentemente ameaçado pelas frentes de expansão do agronegócio e da mineração na região.

A esse quadro de desigualdade na distribuição tanto de danos como de benefícios ambientais convencionou-se chamar de injustiça ambiental (ACSELRAD et al., 2004). Tal fenômeno vem sendo denunciado e enfrentado por organizações sociais no âmbito da luta pela conquista e defesa dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca) desses grupos, bem como na busca por dar maior visibilidade à importância do campesinato para a sociedade brasileira.

Coerente com essa perspectiva, organizações da Amazônia se articularam para criar o Fundo Dema, um instrumento de apoio a projetos coletivos dos Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar. O Fundo foi constituído com os rendimentos financeiros resultantes da venda de seis mil toras de mogno doadas pelo Governo Federal, em 2003, após terem sido apreendidas em razão de sua extração ilegal na região de Altamira, oeste do Pará. A parceria com instituições nacionais e internacionais permitiu o aumento do capital inicial,

o que, por sua vez, viabilizou a formação de mais três fundos de apoio a segmentos sociais específicos: o Fundo de Apoio a Comunidades Quilombolas, o Fundo Indígena do Xingu e o Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia.

Gestão democrática e protagonismo dos povos da Amazônia

O desmatamento, o avanço da pecuária e das monoculturas, a grilagem de terras, as ameaças de morte, a contaminação por mercúrio e por agrotóxicos estão entre os problemas mais frequentemente enfrentados pelas associações comunitárias apoiadas pelo Fundo Dema. Os projetos são desenvolvidos em regiões consideradas como as últimas frentes de floresta de terra firme primária no Pará, altamente cobiçadas por madeireiros, grileiros, pecuaristas, garimpeiros e monocultores de soja. Também é lá que estão localizados os principais focos da implantação de grandes projetos hidrelétricos e de mineração previstos pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Buscando apoiar formas de resistência e apontar alternativas a esse cenário adverso, o foco estratégico do Fundo Dema é voltado a estimular iniciativas coletivas dos povos e comunidades camponesas. Essa prática tem fortalecido as organizações e gerado experiências exitosas, que são conduzidas em sintonia com as necessidades específicas de cada comunidade, valorizando a diversidade de produtos da floresta, os conhecimentos locais e as variadas formas tradicionais de se relacionar com a natureza. Os projetos apoiados pelo Fundo Dema são propostos por organizações que representam um conjunto de famílias ou um grupo organizado que deseja desenvolver alguma experiência agroextrativista ou evento político e de formação.

Participação, democracia, transparência e controle social são fundamentos norteadores da gestão do Fundo Dema. Para colocar em prática esses princípios, a gestão é compartilhada por um Comitê Gestor Geral¹ e dois Comitês específicos (compostos por quilombolas e indígenas) que deliberam sobre o apoio a projetos e outras ações do Fundo. Além disso, um Conselho Consultivo Regional se reúne anualmente para avaliar e orientar as ações.

¹ O Comitê Gestor Geral é composto pela Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional (Fase-Programa Amazônia), instituição que é a responsável jurídica e que preside o Fundo, e por entidades, movimentos sociais e instituições com atuação nas regiões Transamazônica (Prelazia do Xingu e Fundação Viver, Produzir e Preservar); BR 163 (Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba); e Baixo Amazonas (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e Centro de Apoio a Projetos de Ações Comunitárias - Ceapac). Representantes da Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará, a Malungu, também integram o Comitê.

Existe também um coletivo de dinamizadores que oferece suporte ao monitoramento dos projetos, à divulgação dos editais e das chamadas públicas e à troca de experiências entre as comunidades apoiadas. Composto por cerca de 30 lideranças, o coletivo foi criado a partir dos grupos participantes das oficinas de formação em elaboração, gestão e monitoramento de projetos que o Fundo promove periodicamente. As ações do coletivo são acompanhadas pela Fase e por integrantes dos comitês gestores, sendo essenciais para o acompanhamento dos projetos e para a divulgação entre as comunidades e redes sociais, aumentando a visibilidade do Fundo e de seus resultados.

Parcerias garantem o fortalecimento do desenvolvimento local promovido pelos povos da floresta

Desde seu início, o Fundo Dema recebeu contribuições para ampliar sua capacidade de apoio. A parceria com a Fundação Ford e a Malungu, por exemplo, viabilizou a constituição do Fundo Quilombola², que possibilitou a execução de dezenas de projetos de apoio às comunidades quilombolas em diversas regiões do Pará, a maioria relacionada à regularização de associações e à implantação de SAFs. Muitas dessas associações quilombolas hoje estão acessando não só o Fundo Dema, mas também outros recursos públicos. Em 2011, o Fundo Dema firmou um contrato com o Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o lançamento de oito chamadas públicas, que até agora apoiaram 32 projetos para comunidades agroextrativistas e quilombolas. Essa parceria também favorece etnias indígenas, cujo processo de seleção de projetos está atualmente em andamento.

Em seus dez anos de existência, o Fundo apoiou mais de 300 projetos, abrangendo mais de 10 mil famílias (o que corresponde a 40 mil pessoas diretamente e mais de 300 mil indiretamente) de 1.921 comunidades presentes em 32 municípios, nas regiões do Baixo Amazonas, Transamazônica, Xingu e áreas de atuação da Malungu.

Nesse processo, foram envolvidas 681 organizações como proponentes e apoiadoras, destacando-se as associações comunitárias – em sua maioria agroextrativistas – indígenas, quilombolas, do movimento de mulheres, casas familiares rurais e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os três casos citados a seguir dão uma mostra da enorme diversidade de projetos que receberam recursos do Fundo.

Recomposição florestal de espécies nativas

Desde 2004, o Fundo Dema apoiou 78 projetos coletivos de implantação de SAFs e de enriquecimento e recomposição vegetal com espécies frutíferas e essenciais florestais nativas da Amazônia, beneficiando 8.898 pessoas.

² O Fundo Dema recebeu ainda apoio da Fundação Ford para a ampliação do fundo fiduciário e para a constituição do Fundo Indígena do Xingu (FIX) e, em breve, do Fundo das Mulheres.



Essas sementes a gente vende para quem quer recuperar seu mato estragado. Assim ajudamos o meio ambiente fora da nossa terra.

Depoimento de liderança da Terra Indígena Panará, Aldeia Nasepotiti, responsável pelo projeto Pysysytiti Copaíba do Povo Panará, localizado em Altamira (PA)

Foram construídos viveiros comunitários com o plantio de centenas de milhares de mudas que contribuíram para recuperar áreas degradadas



Agricultora da Comunidade Laranjal, em Santarém (PA), dedica-se à criação de abelhas nativas

e desmatadas, matas ciliares, nascentes, quintais e áreas comuns. Foram ainda desenvolvidos projetos de manejo agroflorestal e de diversificação de sistemas produtivos, com consórcios de culturas, roças sem queima, piscicultura e apoio a coleta de castanha-do-pará, artesanato, produção leiteira e turismo comunitário.

Os sistemas agroflorestais passaram a ser utilizados como aprendizado para alunos e visitantes, para aumentar o conhecimento das famílias sobre a situação ambiental de nossa região e sobre as alternativas ao modelo dominante.

Depoimento de membro do projeto Disseminação de Técnicas Alternativas de Produção sem Uso do Fogo no Município de Rurópolis, da Casa Familiar Rural de Rurópolis

Minhocultura, apicultura e meliponicultura

Organizações têm utilizado técnicas de manejo ecológico, como a minhocultura, para transformar resíduos orgânicos em húmus para uso como adubo orgânico. Outra técnica é a de roça sem queima, que tem sido implantada nos SAFs de enriquecimento de plantios.

Alguns projetos acrescentaram ao reflorestamento a apicultura (sistema de criação de abelhas africanas com ferrão) e a meliponicultura (sistema de criação de abelhas nativas da Amazônia sem ferrão, também conhecidas como *abelhas indígenas*), que favorecem a polinização, aumentando a produtividade dos cultivos.

Experiências comunitárias de gestão e proteção do território

A elaboração de Planos de Uso Comunitário da Terra contribuiu para diminuir os conflitos nas comunidades e a pressão externa de madeireiras. Atualmente, está em execução um projeto de monitoramento e proteção do Território Indígena Baú, uma das maiores reservas indígenas, que abriga o povo Kayapó, no Sul de Altamira. Já os Acordos de Pesca aumentaram a pesca destinada ao autoconsumo, ao definir locais proibidos para a pesca com malhadeira (rede de pesca), zagaião (vara com fiska de ferro na ponta) e timbó (veneno) e limitar a venda de peixes.

Máquinas e equipamentos foram disponibilizados para facilitar a produção agrícola, a coleta de castanha-do-pará e o beneficiamento de frutas e de sementes para o artesanato. Oficinas de costura e de artesanato possibilitaram o aumento da renda das famílias envolvidas. Estudos, inventários da flora, visitas

de assistência técnica e de mobilização também foram realizados com o apoio do Fundo Dema.

A comunidade está mais unida voltando a praticar mutirão nas roças. Teve aumento da participação das mulheres nas reuniões, nos debates com opiniões (...) Melhorou o preparo da farinha, da goma e do tucupi.

Mulher indígena, da etnia Arara, Altamira (PA)

Os Arara passaram a ser tratados melhor pelas outras etnias e até mesmo pela Funai, que fretou um barco para transportar o material da construção [da casa de farinha e beiju].

Indígena da etnia Arara, da Aldeia Terrã Wangã, Altamira (PA)

Somos a Floresta: justiça ambiental na Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Dema estão direta ou indiretamente

Produção agroextrativista em Santarém (PA)





Indígena Kayapó na produção de farinha de mandioca, aldeia Baú, Altamira (PA)



Colheita do açai na comunidade quilombola Espírito Santo, em Acará (PA)

ligados ao fortalecimento dos povos da floresta. Para além de conquistas quantitativas, há avanços intangíveis e imensuráveis. No decorrer dos dez anos do Fundo, dezenas de experiências voltadas à mobilização e à formação estimularam ações e estratégias de desenvolvimento local e acesso a políticas públicas, fomentaram debates e contribuíram para a formação de opiniões e mudanças de atitudes. As mulheres, por exemplo, relatam o fortalecimento de seu protagonismo e participação em novas atividades produtivas e de cunho político; as associações passaram a discutir mais sobre o acesso às políticas públicas; as rádios comunitárias fomentam a democratização da comunicação e campanhas pelo desenvolvimento local e em defesa do meio ambiente; e os jovens têm a oportunidade de receber uma educação transformadora

nas Casas Familiares Rurais, resgatando os conhecimentos tradicionais, mas com acesso a tecnologias apropriadas para melhorar e facilitar a produção.

Para além da batalha contra a apropriação dos bens comuns pelo capital, os grupos organizados apoiados pelo Fundo Dema lutam para desmistificar a imagem do campesinato atrelada ao atraso, à ignorância, à marginalização, à pecha de improdutividade, ao que é rudimentar e primitivo. Nesse sentido, apoiar e divulgar modos de produção ligados à produção agroflorestal se faz urgente e necessário para que se possa garantir à sociedade atual e às futuras gerações o acesso à qualidade de vida por meio da segurança alimentar e da afirmação de direitos dos povos da floresta.

Apesar dos avanços alcançados com a experiência do Fundo Dema, ainda há muitos desafios a superar frente às concepções dominantes de desenvolvimento fundadas em *grandes* projetos e na extração predatória de bens da natureza. O agronegócio e os projetos de infraestrutura se expandem e provocam disputas territoriais com populações tradicionais; desagregam comunidades; expulsam as pessoas do meio rural, incitando o inchaço populacional nas cidades; e aumentam a violência no campo. Nessa longa trajetória, não podemos deixar de mencionar a dor, o sofrimento e a indignação com as perdas de lideranças e militantes, como a Missionária Dorothy Stang e Ademir Federicci, o Dema, cujo nome foi dado ao Fundo em sua homenagem, devido à persistente denúncia de grilagem de terras. Trata-se de homens e mulheres que morreram, mas se eternizaram na sagacidade dos que continuam lutando por justiça ambiental e pelo respeito aos direitos humanos.

Chocando-se frontalmente com o modo de expansão do capital na Amazônia (LEROY, 2013), o Fundo Dema aponta caminhos promissores para o fortalecimento das organizações locais e volta-se para apoiar estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais na região.

Vânia Carvalho

Socióloga e educadora da Fase - Programa Amazônia/Fundo Dema
vaniareginac@gmail.com

Élida Galvão

Jornalista e assessora de comunicação da Fase - Programa Amazônia/Fundo Dema
elidagalvao1@gmail.com

Referências bibliográficas:

- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: _____ (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2 ed., 2004. p. 14.
- COSTA, F. **Elementos para uma economia política da Amazônia**: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012. (Coleção Economia Política da Amazônia, Série II, Fundamentos Teórico- Metodológicos, v. 2).
- LEROY, Jean Pierre. Dema: um fundo que é instrumento de justiça ambiental na Amazônia. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 126, p. 33-37, 2013.